

# REQUERIMENTO DE REDISTRIBUIÇÃO

## Nº \_\_\_\_\_ DE 2021

Presidência da Câmara  
15/05/2021 20:09 - Mesa

REQ n.941/2021

Requer redistribuição do Projeto de Lei nº 1.153/2019, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base” para que seja incluída as Comissões de Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços, a de Educação, a d Trabalho, Administração e Serviço Público e ade Defesa dos direitos da das Pessoas com Deficiência, tendo em vista que os efeitos da referida proposta alcançam as áreas temáticas destas comissões permanentes.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do artigo 17, inciso II, alíneas “a” e “c” e artigo 32, incisos VI, IX; XVIII e XXIII todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a redistribuição do Projeto de Lei nº 1.153/2019, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base” para que seja incluída as comissões de Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços, a de Educação, a d Trabalho, Administração e Serviço Público e ade Defesa dos direitos da das Pessoas com Deficiência considerando a pertinência temática.

Destacamos que o disciplinado na alínea “a” do inciso VI do artigo 32 atribui a CDEICS “matérias atinentes a relações econômicas internacionais, no tocante a excelência na formação do atleta o mesmo, principalmente no caso do futebol, pode ser negociado em trocas internacionais o que remete a discussão de eventuais relações econômicas internacionais.

No que tange o disciplinado na alínea “a” do inciso IX do artigo 32 fica notória que compete a comissão de educação deliberar sobre “assuntos atinentes à educação em geral”, todos os aspectos disciplinados no projeto em tela visa a garantia da educação dos atletas em formação.

Dentre as atribuições da CTASP temos positivado na alínea “d” do inciso XVIII deliberar sobre “trabalho do menor de idade, da mulher e do estrangeiro”, assim, enfatizamos que o atleta em formação tem um contrato atípico de relação de trabalho e o mesmo sendo menor deve ter o assunto apreciado por este colegiado.

Por fim, entendemos que a discussão não deve se restringir excluindo a formação de paratletas e para isso nos valem da alínea “a” do inciso XXIII que atribui a comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência dar parecer sobre “todas as matérias atinentes às pessoas com deficiência”.

Sala das Sessões, em de maio de 2021.



**FELIPE CARRERAS**

Deputado Federal

PSB/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Carreras

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216703029900>



\*CD216703029900\*